



Inclusão na Educação Superior: Apontamentos sobre a Afiliação de Universitários com Deficiência

Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira¹  Susana Couto Pimentel² 

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

O presente artigo vincula-se a uma pesquisa cujo objetivo foi compreender a trajetória de afiliação de estudantes com deficiência na Educação Superior. A investigação envolveu cinco universitários de uma instituição de ensino superior federal, com deficiência autodeclarada no formulário de matrícula. O material empírico gerado mediante entrevista semiestruturada foi examinado à luz do Interacionismo Simbólico, perspectiva teórica que parte do pressuposto de que os atores sociais atribuem significado aos seus atos e às interações com base em um código simbólico. A metodologia utilizada foi o estudo de caso e para este texto elegeu-se fragmentos das narrativas dos estudantes que refletem os desafios que circunscrevem as suas trajetórias. A investigação trouxe como resultado a compreensão de que a trajetória dos universitários com deficiência é marcada por desafios semelhantes aos dos demais estudantes, em termos de estranhamento e aprendizagem dos complexos códigos do universo acadêmico. Contudo, para os primeiros, as demandas de natureza acadêmica precisam coexistir com aquelas de ordem simbólica, como o enfrentamento da discriminação, do preconceito e do julgamento estético em função da diferença/deficiência.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão educacional. Educação superior. Aluno com deficiência.

Correspondência ao autor

¹ Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira

E-mail: gracypignata@hotmail.com

Universidade Federal do Oeste da Bahia,
Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/4288162405302715>

Submetido: 10 out. 2018

Aceito: 07 dez. 2018

Publicado: 18 dez. 2018

 [10.20396/riesup.v5i0.8653637](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653637)

e-location: e019017

ISSN 2446-9424

Checagem antiplágio



Distribuído sobre



Inclusion in Higher Education: Appointments on Affiliation of Universities with Disabilities

ABSTRACT

This article is linked to a research whose objective was to understand the trajectory of affiliation of students with disabilities in Higher Education. The investigation involved five university students from a federal higher education institution with a self-declared disability in the enrollment form. The empirical material generated through a semi-structured interview was examined in the light of Symbolic Interactionism, a theoretical perspective that assumes that social actors attribute meaning to their acts and to interactions based on a symbolic code. The methodology used was the case study and for this text fragments of student narratives were chosen that reflect the challenges that circumscribe their trajectories. The research has resulted in the understanding that the university trajectory of students with disabilities is marked by challenges similar to those of other students in terms of strangeness and learning of the complex codes of the academic universe. For the former, the demands of an academic nature must coexist with those of a symbolic order, such as the confrontation of discrimination, prejudice and aesthetic judgment in function of difference / deficiency.

KEYWORDS

Educational inclusion. College education. Student with disability.

Inclusión en la Educación Superior: Apuntes sobre la Afiliación de Universitarios con Discapacidad

RESUMEN

El presente artículo se vincula a una investigación cuyo objetivo fue comprender la trayectoria de afiliación de estudiantes con discapacidad en la Educación Superior. La investigación involucró a cinco universitarios de una institución de enseñanza superior federal, con discapacidad autodeclarada en el formulario de matriculación. El material empírico generado mediante entrevista semiestructurada fue examinado a la luz del Interaccionismo Simbólico, perspectiva teórica que parte del presupuesto de que los actores sociales atribuyen significado a sus actos ya las interacciones con base en un código simbólico. La metodología utilizada fue el estudio de caso y para este texto se eligieron fragmentos de las narrativas de los estudiantes que reflejan los desafíos que circunscriben sus trayectorias. La investigación trajo como resultado la comprensión de que la trayectoria universitaria de los estudiantes con discapacidad está marcada por desafíos semejantes a los de los demás estudiantes, en términos de extrañamiento y aprendizaje de los complejos códigos del universo académico. Con el tiempo, para los primeros, las demandas de naturaleza académica necesitan coexistir con aquellas de orden simbólico, como el enfrentamiento de la discriminación, del prejuicio y del juicio estético en función de la diferencia / discapacidad.

PALABRAS CLAVE

Inclusión educativa. Educación universitaria. Alumno con discapacidad.

Introdução

Este artigo busca tecer algumas reflexões sobre os dados recolhidos em pesquisa realizada numa instituição pública brasileira de Ensino Superior, com a intenção de compreender, a partir das vozes dos sujeitos pesquisados, os significados que eles atribuem as suas trajetórias de afiliação acadêmica.

As trajetórias dos estudantes com deficiência “incluídos” na universidade foram analisadas à luz dos pressupostos ontológicos e epistemológicos do Interacionismo Simbólico - perspectiva teórica que favorece a compreensão dos aspectos inerentes à natureza das interações sociais, mediada pelo significado que os atores atribuem aos objetos e às experiências vividas.

Para aprofundar a discussão acerca da realidade social dos estudantes com deficiência na instituição pesquisada, optou-se pelos estudos de Goffman (2013) integrante da terceira geração de teóricos vinculados ao Interacionismo Simbólico e Alain Coulon (2008) que carrega em seus escritos uma forte inspiração da escola interacionista. A opção teórica por esses pesquisadores encontra-se circunscrita ao interesse deste estudo em revelar de que maneira os atores sociais conferem significados aos seus atos e às interações sociais, no interior de uma instituição organizada tradicionalmente para atender a grupos historicamente mais valorizados.

A investigação foi norteada pela abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, tendo como instrumento empírico privilegiado a entrevista semiestruturada realizada com cinco estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação. Os dados referentes aos participantes foram disponibilizados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da instituição *lócus* da pesquisa, que mantém em seu banco de dados um conjunto de informações sobre os estudantes que se autodeclararam pessoas com deficiência. A seleção desses sujeitos ocorreu por adesão voluntária mediante aceitação de convite.

Para este trabalho foram selecionados fragmentos das narrativas de cinco estudantes com deficiência, autodeclarados com mobilidade reduzida, deficiência física, deficiência auditiva, síndrome de Turner e baixa visão, respectivamente identificados no texto como estudante A, B, C, D e E, como forma de preservar suas identidades, tal como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A necessidade de proteção dos sujeitos da pesquisa evidencia-se ainda pelo cuidado de submeter o projeto ao Comitê de Ética envolvendo Seres Humanos de uma universidade pública federal da região nordeste do país. Após apreciação, o presente trabalho obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer de nº 1898630.

Assim, neste texto, pretende-se ressaltar a importância da afiliação estudantil e do acesso à cultura acadêmica, como elementos necessários à construção do sentimento de pertencimento universitário, evidenciando a complexidade desse processo num contexto culturalmente contaminado por padrões e idealizações a respeito dos sujeitos sociais.

Afiliação como Mecanismo de Permanência na Universidade

Ingressar na universidade é para o estudante um acontecimento de alto impacto que exigirá dele a ruptura com o mundo escolar. Segundo Coulon (2008), não se trata de um processo natural ou espontâneo, mas delicado e complexo, cujas implicações se assemelham a aprendizagem de um ofício – o ofício de estudante. Para apropriar-se desse novo ofício o estudante precisará passar pelo que Coulon (2008) descreve como “tempos” que se dividem em: tempo do estranhamento - início do contato com o ambiente novo; tempo da aprendizagem - período de incorporação da nova realidade; e tempo da afiliação - passagem bem-sucedida do *status* de aluno para o de estudante¹. Desse processo dependerá, em grande medida, a continuidade nos estudos e o sucesso acadêmico.

O processo de afiliação configura-se, portanto, como condição para o estudante ingressar em novas modalidades da vida intelectual. Por isso, para Coulon (2008), o estudante afiliado é aquele que possui todas as características de membro, tornando-se capaz de realizar as tarefas acadêmicas de modo implicado, autônomo e sem estranhamento. Esse processo envolve duas importantes dimensões: a intelectual e a institucional. A primeira refere-se à assimilação das exigências acadêmicas, conteúdos intelectuais e métodos de construção de saberes e conhecimentos. A segunda dimensão, consiste na apropriação dos códigos e rotinas próprios da Educação Superior, no que se refere aos aspectos administrativos e institucionais.

Como observa Coulon (2008), a afiliação à vida universitária tem papel central na constituição de uma trajetória acadêmica de sucesso. Quanto mais o estudante se aproxima do mundo e da cultura da universidade, mais habilitado ele estará para enfrentar os desafios do universo acadêmico e construir o seu novo estatuto social.

A construção da identidade universitária e a inserção bem-sucedida no mundo acadêmico caracterizam a experiência de obtenção da afiliação estudantil. Convém, contudo, considerar que os complexos processos de afiliação precisam ser colocados no plano coletivo, ou seja, no campo de um sistema de relações mediado por suportes acadêmico-institucionais estruturados que se desenvolvam em solidariedade em torno do processo de afiliação (MATOS; SAMPAIO, 2013).

Desse modo, é preciso que os dispositivos de suporte à afiliação estudantil estejam claramente descritos no escopo da políticas que visam fortalecer a permanência universitária. Tais dispositivos são estratégias fundamentais para a inserção qualificada dos estudantes na Educação Superior, pois aumentam as possibilidades de apropriação do saber científico e de manejo das regras institucionais.

¹ Para Coulon (2008) aluno é aquele que frequenta o ensino médio e que constrói um processo de aprendizagem e estudo que passa diretamente pela mediação do professor. Enquanto que o *status* de estudante se define pela autonomia, pela apropriação das regras e códigos da universidade, aspectos fundamentais ao processo de permanência na universidade.

Afiliação como Mecanismo de Inclusão de Estudantes com Deficiência

As exigências do mundo acadêmico e os desafios inerentes à vida universitária são comuns a todos os estudantes. Contudo, para os estudantes com deficiência esses elementos se associam a outros, próprios à condição de deficiência, em uma sociedade marcada por barreiras e obstáculos.

A rigor, o processo de afiliação se dá para todos os estudantes e não apenas para aqueles cujas histórias pessoais e escolares são particularmente difíceis, especificamente em função da deficiência. Mas, para esses últimos, em função das condições resultantes de processos históricos de discriminação, exclusão e desigualdade, o mundo acadêmico tende a ser ainda mais exigente (SAMPAIO; SANTOS, 2011).

Adequar-se a algumas normas e modos tradicionais de organização da universidade, nem sempre será uma tarefa possível aos estudantes com deficiência. Essa questão é essencial na compreensão da trajetória de afiliação de estudantes com deficiência na Educação Superior, uma vez que tornar-se estudante universitário presume estabelecer vínculos, diálogos, realizar atividades conjuntas, bem como reconhecer a si mesmo nos outros, partilhar o mundo e as expressões próprias do meio acadêmico (OLIVEIRA; ROSA, 2015). Como então conciliar tal perspectiva ao fenômeno da deficiência?

Em termos da afiliação de estudantes com deficiência na Educação Superior é possível perceber que ela não se limita, como para os demais, à passagem do estatuto de aluno ao de estudante, mas vai além e envolve, sobretudo, a superação de preconceitos, estereótipos e estigmas, cuja presença é capaz de restringir ou adiar o processo de afiliação à vida acadêmica.

A entrada na universidade é acompanhada do que Coulon (2008) chama de uma dupla afiliação: intelectual e institucional. Para os estudantes com deficiência diríamos que se trata de uma tripla afiliação, pois além das dimensões institucional e intelectual, inserem-se àquela de ordem subjetiva, simbólica, como o enfrentamento da discriminação, do preconceito, do julgamento estético em função da diferença/deficiência.

Diante disso, como falar em afiliação estudantil frente a um ambiente que muitas vezes se apresenta hostil e pouco sensível aos impedimentos corporais e às demandas próprias da condição de deficiência? Como construir o sentimento de pertencimento em um espaço, cujo lugar da deficiência é periférico e permeado pela indiferença?

Ao aproximarmos os estudos da afiliação do fenômeno da deficiência, no âmbito da Educação Superior contemporânea, confrontamos a instituição universitária com desafios em relação aos quais ela mantém um relativo silêncio e até mesmo indiferença. Tais desafios reforçam a necessidade de ampliação do debate acerca das condições de vida e experiências acadêmicas dos estudantes com deficiência no interior das instituições de ensino superior.

O itinerário formativo de estudantes com deficiência possui peculiaridades e desafios próprios, isto é, experiências de exclusão e negação social decorrentes do preconceito e da discriminação em relação ao corpo considerado fora de ordem. O corpo marcado pela deficiência impõe a lembrança da fragilidade humana. Numa sociedade de culto ao corpo perfeito, útil e saudável, aqueles que contrastam essa realidade lembram, especialmente, a fragilidade que se quer negar (SILVA, 2006, p.427).

Essa percepção acerca da influência do preconceito e da discriminação na trajetória acadêmica de estudantes com deficiência reforça a tese de que para assegurar condições equânimes de permanência é preciso conjugar adequadamente a relação igualdade e diferença, mediante a implementação de políticas e ações específicas que deem conta de minimizar as desigualdades vivenciadas.

Assim, para que o estudante com deficiência consiga se apropriar dos códigos característicos da vida acadêmica torna-se necessário que lhe seja garantida a oportunidade de participação, bem como a possibilidade de vivenciar a vida acadêmica em todas as suas dimensões, aspecto fundamental ao processo de afiliação estudantil e de permanência com sucesso. Sem a internalização da cultura institucional cria-se a possibilidade de inadequação e exclusão, elementos que redundam quase sempre em trancamento de disciplinas, prolongamento do curso ou, até mesmo, abandono.

Os estudantes com deficiência precisam alcançar o status de membro que caracteriza essencialmente o processo de pertencimento e afiliação estudantil, mas para que isso aconteça é preciso que tenham suas diferenças consideradas. Harmonizar essa relação pressupõe [...] “admitir que cada indivíduo tem direito de combinar experiências pessoais de vida com a coletividade, imprimindo, todavia, uma identidade particular que constitui sua individualidade” [...] (SILVA, 2006, p. 432).

Considerado o conceito de afiliação apresentado, é válido destacar que, predominantemente, para os estudantes com deficiência, a apropriação dos conteúdos e saberes, bem como a participação nas atividades acadêmicas, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão se inter cruzam a outras tantas necessidades, como, por exemplo, as condições de acessibilidade.

Nesse sentido, depreende-se que o tema da afiliação acadêmica no campo da educação inclusiva, determina a necessidade de novos arranjos institucionais que respondam ao desafio de assegurar a participação, a aprendizagem e a diplomação dos estudantes com deficiência. Aliás, na experiência universitária o acesso às produções acadêmicas e científicas precisa, na realidade, contribuir para o fomento da autoconfiança, do desenvolvimento pessoal e da inclusão social e acadêmica do estudante com deficiência.

Método

A presente pesquisa desenvolveu-se no âmbito da abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com uso de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, de forma a possibilitar aos estudantes com deficiência maior liberdade nas respostas. As questões propostas não foram aleatórias, mas fundamentadas em um roteiro previamente elaborado tomando por base os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram todas gravadas e na sequência transcritas e analisadas.

Com base em Minayo (2006), entende-se que a pesquisa qualitativa é ideal para o desenvolvimento de estudos que visam investigar o significado e a intencionalidade inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas. O estudo de caso, por sua vez, na perspectiva apontada por Yin (2015), é próprio para a construção de uma investigação empírica que se interessa por questões do tipo “como” ou “por que”, com foco em um fenômeno contemporâneo, em um contexto natural, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os eventos e manifestações do fenômeno.

Ancorando-se nesses referenciais, o trabalho de campo desenvolvido na instituição *locus* da pesquisa, consistiu em um exercício reflexivo contínuo, tendo como base os objetivos e questões norteadoras que delinearão todo o percurso metodológico. A produção dos dados foi precedida por um protocolo detalhado, com menções aos procedimentos que seriam usados, de maneira que o estudo pudesse ser replicado ou aplicado em outro caso que mantivesse características semelhantes. O protocolo foi desenvolvido a partir do referencial teórico adotado, em estreita aproximação com o caso, permitindo assim, testar a confiabilidade da pesquisa e dos seus achados.

Os rascunhos, transcrições, registros de comentários e opiniões foram sistematizados e indexados segundo critérios definidos no protocolo do estudo. Conforme pontua Yin (2015), o protocolo do estudo de caso é mais que um instrumento, ele contém os procedimentos e as regras gerais que devem ser seguidas ao utilizar o instrumento. Além disso, configura-se como uma das táticas principais para aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso, orientando o pesquisador na condução da investigação.

Para assegurar a objetividade e cientificidade da discussão acerca da trajetória de afiliação dos universitários entrevistados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, conforme conceituada por Bardin (2014), por considerá-la uma técnica de análise privilegiada quando a intenção é compreender as significações para além das falas propriamente ditas e dos significados imediatos. Assim, a análise de conteúdo se propõe à apreensão de uma realidade que nem sempre está aparente, mas que se manifesta nas “entrelinhas”.

Diante de um tema recente e carregado de complexidade, o Interacionismo Simbólico serviu como importante suporte paradigmático, auxiliando na compreensão dos resultados recolhidos na pesquisa a respeito dos processos de socialização e ressocialização desse grupo específico, bem como sobre suas experiências e interações face a face.

Afiliação de Estudantes com Deficiência: Análise e Discussão dos Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, explorando o tema da afiliação estudantil no campo da educação especial, com o intuito de apontar novas perspectivas de análise a respeito do processo de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior.

De modo geral, verifica-se nas narrativas analisadas, que as experiências universitárias dos estudantes pesquisados são marcadas por desafios comuns, especialmente, em termos da transição escola-universidade.

De acordo com Paivandi (2015) o caráter transicional que ocorre com a passagem do estudante para a Educação Superior tem um peso importante sobre a experiência universitária, pois implica numa forte aculturação que impõe o desenvolvimento de um conjunto de competências necessárias para constituir a afiliação e o acesso ao saber universitário.

Embora cada trajetória acadêmica seja distinta e peculiar, a narrativa do Estudante A sobre sua experiência na Educação Superior, nos faz pensar sobre os dilemas enfrentados pelos universitários no processo de apropriação das regras que regem o trabalho intelectual e o funcionamento da universidade.

As exigências, as normas que você tem que obedecer aqui, para produzir um texto, para falar, para expressar, para apresentar um trabalho, há todo um processo de normas técnicas, bem rígidas, que precisam ser seguidas. O outro aspecto está nos prazos, parece que a universidade não considera que o discente tem uma vida mais complexa fora dos muros da universidade (Estudante A, mobilidade reduzida).

O academicismo presente de modo acentuado nos primeiros semestres dos cursos de graduação, representa, por si só, um elemento que interfere na afiliação à vida universitária, contribuindo para potencializar o tempo de estranhamento. Embora essa situação alcance os estudantes de modo geral, para àqueles em situação de deficiência pode ser uma dificuldade a mais para ser superada. Assim, barreiras atitudinais e pedagógicas encontradas por esses estudantes, além é claro, das barreiras físicas, tornam-se desafios a mais a serem enfrentados no processo de transição da Educação Básica para a Superior.

É preciso considerar que as diferentes barreiras impostas às pessoas com deficiência nos ambientes sociais são reescritas em suas trajetórias acadêmicas, assumindo um papel importante na formação dos vínculos institucionais e na construção da identidade estudantil. O Estudante B, revela em seu discurso as desvantagens sociais advindas da condição de deficiência, incorporadas por ele como um destino natural.

Eu mesmo coloco dificuldade em mim mesmo né, há muita coisa, é muito esforço. Eu vejo assim, se tiver alguma coisa atrapalhando porque eu declarei minha deficiência no braço, aí eu não me envolvo não, fico mais por fora. (...) Dependendo do trabalho a ser realizado eu me vejo assim, não dá por isso e por aquilo, eu coloco isso na cabeça (Estudante B, deficiência física).

A relação que este estudante estabelece com o ambiente universitário e com as exigências próprias da rotina estudantil, são engendradas a partir de uma compreensão de organização social que a rigor privilegia pessoas sem deficiência. Não é incomum numa sociedade que diferencia as pessoas por categorias de desvios e as colocam em percursos sociais distintos, baseados nas condições de deficiência que possuem, que o próprio “estigmatizado” tome a deficiência como parte integrante da construção da sua identidade, algo que suplanta a própria perspectiva integral de ser humano. Isso significa que “[...] a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular” (GOFFMAN, 2013, p. 41). Nessa perspectiva, a fala do Estudante B aponta para uma auto responsabilização pela participação nas atividades, não responsabilizando a sociedade e a própria universidade pelas mudanças que são necessárias para assegurar sua inclusão.

Nesse contexto, com base na perspectiva goffmaniana, compreende-se que o estigma cumpre a função social de manter as pessoas com deficiência vinculadas a crenças que as impedem de exigir da sociedade mudanças estruturais, na medida que reforça a ideia de diferença como desvio, incapacidade e inferioridade. Tal perspectiva produz uma realidade complexa, na qual a pessoa estigmatizada incorpora o imaginário social que legitima o preconceito em razão da deficiência, levando-a a forjar, esconder e/ou “acobertar” um possível estigma.

A tendência da pessoa estigmatizada de esconder o estigma, pode representar um mecanismo de defesa face a um “*script*” socialmente imposto no “teatro da vida” (GLAT, 1995). Glat, amparada em Goffman, destaca que isso ocorre porque não só a pessoa estigmatizada passa a agir em função dos padrões de comportamento esperados, como também os demais atores. Assim todos passam a contracenar de acordo com o estereótipo específico de sua categoria de estigma, reforçando ainda mais esta situação (p. 91). Esse comportamento traz um alerta importante para o desenho das políticas públicas direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da Educação Superior: até que ponto o desejo do estudante com deficiência de atender as expectativas inerentes ao universo acadêmico, tem feito da universidade um lugar de negação da deficiência?

A deficiência nos faz lembrar a nossa própria falta, instabilidade e efemeridade, à experiência de nossa própria existência fragmentária (GLAT, 1991; 1995). Desse modo, o anseio por não ser visto na condição de deficiência revela, na realidade, o medo de experimentar o preconceito, a indiferença e a frieza que, historicamente, marcaram as interações sociais entre pessoas com e sem deficiência. A cegueira, a surdez, a deficiência intelectual, dentre outras condições, foram ao longo da história tratadas como variações indesejadas e a tipificação da condição de não humano, em relação a um ideal de corpo perfeito. Essa perspectiva sobre a deficiência resultou no afastamento e isolamento físico, bem como na restrição de convívio com as diferenças.

Por décadas as pessoas com deficiência estiveram confinadas ao mundo silencioso da casa ou das instituições especiais, com restritas oportunidades de interação social, sendo submetidas à intervenção médica e aos tratamentos clínico-terapêuticos, a fim de adequarem-se aos ambientes em uma expectativa de normalidade (BARBOSA; DINIZ; SANTOS, 2009). Esse olhar que reafirma a deficiência como patológica e desviante representou um discurso hegemônico no campo da educação especial.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008, p.1-2).

Por outro lado, compreendendo a deficiência como uma condição de vida socialmente construída, é possível arriscar a afirmação de que uma vez criadas as oportunidades de inclusão, bem como as condições adequadas de acessibilidade e interação com o meio e com as outras pessoas, as barreiras sociais, as representações preconceituosas e estereotipadas, tendem a ser modificadas e rompidas.

É nessa configuração complexa que vão se constituindo as trajetórias de afiliação de estudantes com deficiência ao Ensino Superior. Os desafios naturais relativos ao acesso, permanência e diplomação somam-se à preocupação com a aceitação social e com as restrições provocadas por ambientes insensíveis a diversidade humana, prolongando, muitas vezes, o tempo de estranhamento e de incorporação à condição de membro.

Este estudo, em consonância com a perspectiva de Coulon (2008; 2017), identifica que no processo de apropriação da vida universitária é fundamental saber conciliar as demandas pessoais com as exigências da rotina acadêmica. Porém, em se tratando de estudantes com deficiência, as experiências de apropriação são mais difíceis de serem equacionadas, não há dúvida, devido aos fatores simbólicos adicionados aos demais.

Sob este entendimento, vale destacar o papel das interações sociais e a participação nas atividades acadêmico-científicas na construção do sentimento de pertencimento, bem como na superação dos estigmas e preconceitos. Os vínculos de convivência, o afeto, as trocas que se estabelecem nos espaços institucionais constituem-se importantes estratégias de permanência dos estudantes, aumentando suas chances de formação acadêmica. “Trata-se, então, de fazer com que o estudante entre no mundo das ideias, de ajudá-lo a se afiliar ao novo mundo em que ingressou” (COULON, 2017, p. 1242).

O estudante com deficiência terá, em seu rito de aproximação com o universo acadêmico, assim como ocorre com os demais estudantes, a necessidade de desenvolver novos vínculos subjetivos e intersubjetivos, tendo em vista a construção progressiva do sentimento de pertencimento. É nesse lugar de troca e experimentação que são dadas as

oportunidades para que elaborem questionamentos importantes acerca das condições de permanência na universidade.

Desse modo, é indispensável que as oportunidades de convivência e partilha extrapolem o espaço da sala de aula. Os eventos institucionais, os grupos de iniciação à pesquisa, as atividades de extensão e, até mesmo, os momentos culturais e de lazer, constituem estratégias que favorecem o processo de afiliação estudantil. Nesse processo, é fundamental que o estudante conheça detalhadamente todas as sutilezas das relações sociais, dominando e compartilhando, de maneira ativa, a linguagem natural e comum do grupo em que está inserido (COULON, 2017).

Essas interações sociais são ainda mais importantes para os estudantes com deficiência, pois parecem funcionar como uma rede de combate ao preconceito e como um mecanismo de enfrentamento da discriminação.

A rigor, isso não é o que efetivamente acontece, dadas as condições objetivas de organização e funcionamento da universidade. Em geral, o que se observa são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal (DINIZ, 2007), bem como às demandas específicas dos estudantes com deficiência que, cotidianamente, são desafiados a persistirem apesar de todas as barreiras que os cercam.

Ao problematizar sobre esse assunto Santos (2013), analisa que as políticas de educação inclusiva direcionadas à Educação Superior, não implicam, necessariamente, na conquista da inclusão educacional de estudantes em situação de inclusão. De acordo com a autora isso ocorre porque que tais políticas não oferecem condições de sustentação em seu próprio contexto, uma vez que ao desconsiderar as necessidades especiais destes estudantes, acabam realçando contradições entre os discursos acadêmicos e as práticas sociais presentes na formação universitária, inviabilizando, ao final, a permanência.

Esses estudos permitem inferir que existem nuances na condição de deficiência que desafiam o rigor e a inflexibilidade características da cultura universitária. O caráter particular da condição de deficiência, imprime a necessidade de que os modos de organização da universidade, seu tempo e seus espaços, suas formas de ensino e avaliação, sua organização curricular, sejam pensados considerando as distintas formas de aprendizagem.

Sem isso, corre-se o risco de que as percepções dos estudantes com deficiência acerca da vida universitária desenvolvam-se a partir de um ideário no qual a diferença é compreendida como um desvio, como marca de descrédito, frente a parâmetros socialmente estabelecidos. Assim, as estratégias de afiliação passam a ser conduzidas em um campo de possibilidades bem mais restrito.

De fato, além dos desafios inerentes ao processo de afiliação intelectual e institucional, por si só, uma experiência naturalmente complexa, os estudantes com deficiência precisam construir também, em suas trajetórias, estratégias de afiliação capazes de superar preconceitos e estigmas que quase sempre se entrelaçam a cultura universitária. Trata-

se do que aqui é definido como dimensão simbólica do processo de afiliação estudantil.

A dimensão simbólica do processo de afiliação estudantil é compreendida nesse texto com base na abordagem goffmaniana sobre as interações sociais. Para Goffman (2012; 2013), os atores sociais se mobilizam e se posicionam, no plano da interação simbólica, em face dos outros [...] “em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos”. [...] “Quadros não são simplesmente perspectivas ou opiniões, mas laços intersubjetivos que atravessam relações humanas e as estruturam” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 198).

Nesse sentido, o processo de afiliação estudantil para os estudantes com demandas específicas é tecido nos meandros das práticas cotidianas, pelas quais passam os laços sociais e seus códigos culturalmente compartilhados. Sendo essa uma importante face do processo de afiliação, é preciso reconhecê-la como um elemento presente na inserção universitária, em todos os seus âmbitos.

Ao ser questionado sobre a sua participação nas atividades acadêmico-científicas promovidas pela universidade, o relato do Estudante B põe em evidência o elemento simbólico como parte do processo de afiliação dos estudantes com deficiência na Educação Superior:

(...) nem todos eu participo, na verdade porque eu não gosto muito, eu sou mais por fora em relação a isso, eu sei que é bom estar interagindo com o pessoal, a comunhão também é boa, mas eu sou mais por fora disso aí (Estudante B, deficiência física).

A análise desta narrativa aproxima-se do pensamento teórico interacionista e de sua categoria central - a relatividade social. O Interacionismo Simbólico compreende a natureza das interações sociais como elemento gerador da dinâmica social. Significa dizer que as ações individuais e coletivas são construídas no contexto da realidade cotidiana, ou seja, a realidade social é partilhada com o outro, por meio dos chamados encontros “face a face”.

As contradições que marcam a trajetória de afiliação dos estudantes com deficiência - a exemplo da necessidade de combinar demandas pessoais às regras de pertencimento institucional presentes nos códigos da cultura universitária, evidenciam o peso da interação simbólica no processo de afiliação estudantil. Para tornar-se membro desse grupo social [universidade] é preciso conhecer detalhadamente as sutilezas das relações sociais, bem como dominar e compartilhar de maneira ativa sua linguagem natural e comum (COULON, 2017).

Considerando os estudos de Coulon (1995); Goffman (2012) a experiência de cada indivíduo é resultado da forma que ele enquadra a realidade ao seu redor, como compreende e interpreta a ação social, tomando por referência os significados construídos na interação prolongada com os sujeitos no seu meio natural. Assim, a interação simbólica não se dá por reação direta às ações e gestos do outro, porém, mediante a interpretação dessas ações e gestos, de acordo com os significados que lhes são atribuídos.

A narrativa da Estudante E aponta para essa realidade:

(...) ainda há um tipo de preconceito (...) eu prefiro ficar mais quieta, (...) são poucos mesmos os que a gente pode tentar conversar (Estudante E, baixa visão)

As situações de indiferença e preconceito presentes na sua experiência estudantil podem ter sido interpretadas por ele como um convite ao distanciamento e a segregação. Nesse sentido, cabe salientar que as reações tanto de pessoas com deficiência, como sem deficiência serão sempre decorrentes dos tipos de interações que se produzem em tais contatos sociais. O estudo nos mostrou que a relação que o estudante com deficiência estabelece com o ambiente universitário encontra-se em grande medida impregnada por essa variedade de signos e representações sociais.

O medo de se expor e de, conseqüentemente, não atender às expectativas acadêmicas, acabam distanciando o estudante com deficiência dos processos necessários a afiliação estudantil. Percebe-se que o receio de se deparar com situações de preconceito, sutil ou explicitamente manifestas, leva os estudantes com deficiência a utilizarem como principal estratégia de “sobrevivência” na Educação Superior, o “acobertamento” da deficiência. Trata-se de uma decisão conforme Goffman (2013) pautada no objetivo de reduzir a tensão gerada pela condição de estigmatizado.

A narrativa do Estudante C, a respeito da sua experiência na Educação Superior, remete-nos ao desconforto e ao embaraço descritos por Goffman (2013) no texto anteriormente mencionado:

Eu não me sinto à vontade para falar. Ainda dou um passo atrás para falar. Quando alguém me direciona a pergunta, eu até que fico meio assim, mas acabo respondendo, mas para eu já chegar falando, não. (Estudante C, deficiência auditiva).

A organização do discurso dos estudantes com deficiência é revestida pelo cuidado em esconder qualquer tipo de rótulo ou estigma que os coloquem diante de um papel social de inferioridade. Essa reação é reveladora e pode ser interpretada à luz dos escritos de Goffman (2013) Glat (1991; 1995) e Omote (2004), como uma tentativa de redução ou dissimulação do estigma a fim de manter um envolvimento mais espontâneo no conteúdo público da interação e uma maior liberdade na escolha do lugar que irá ocupar no “teatro da vida”.

No que diz respeito às condições de acessibilidade e seus efeitos no processo de afiliação estudantil, as respostas evidenciam um fato interessante - nem todos conseguem identificar a necessidade de modificação na configuração da universidade para atender às suas demandas específicas, conforme declara o estudante B:

Na verdade, minha deficiência não é na visão, em relação a deficiência física se me atrapalhar mais para frente, eu posso ir atrás de algum recurso para me ajudar (Estudante B, deficiência física).

Essa fala reproduz a concepção de que há tipos de deficiência que requerem maior atenção, a exemplo da citada deficiência visual. Nesse caso, considera-se que a deficiência física “não atrapalha” as atividades acadêmicas, requerendo, portanto, poucos ajustes por parte da instituição.

Embora os estudantes com deficiência enfrentem em seus percursos acadêmicos o estigma em função de atributos considerados socialmente estereotipados, alguns relatos exprimem uma relação de distanciamento em termos de consciência de suas próprias demandas:

A estrutura aqui ainda não suportaria uma pessoa com deficiência física, um cadeirante (Estudante D, síndrome de Turner).

Acho que ainda falta um pouquinho mais em termos de estrutura. Por exemplo, se fosse uma pessoa cega não teria como se locomover aqui na universidade. Um cadeirante, mesmo que fizeram uma rampa, acho que ainda bem difícil locomover até os banheiros. Acho que teria que ter um banheiro acessível para uma pessoa cadeirante. E o pessoal que tem baixa visão? Eu enxergo bem mais se fosse outra pessoa, minha irmã, por exemplo, que tem baixa visão, acho que se fosse minha irmã não conseguiria enxergar os slides (Estudante C, deficiência auditiva).

Os relatos das estudantes não evidenciam os desafios que perpassam suas trajetórias acadêmicas, mas direciona-se ao espaço simbólico da alteridade. Reconhecer-se como parte de uma minoria historicamente discriminada e subjugada nem sempre é uma alternativa fácil, em alguns casos, quando possível, quando o estigma não é imediatamente visível, são empreendidos alguns esforços para que ele não apareça muito (GOFFMAN, 2013). Trata-se de uma tentativa marcada pelo desejo de reduzir a tensão gerada pelo não atendimento aos padrões de comportamento socialmente impostos, cujo lugar da deficiência é de descrédito.

O desejo de adaptação à vida universitária lhes é atribuído como a necessidade de acomodação e incorporação de um papel social padronizado e único. As narrativas dos entrevistados tem como ponto marcante essa preocupação em atender a uma determinada categoria de estudante, idealizada para a Educação Superior:

Eu não queria ser tratada como diferente, eu queria ser tratada como pessoa normal, porque eu sou uma pessoa como qualquer outra. Essa parte de inclusão, para eu me sentir mais à vontade, não devia ser uma coisa que me tornasse visualmente diferente dos outros. Mas, uma inclusão que, ao mesmo tempo, me desse acesso como qualquer outra pessoa, mas que não me tornasse diferente (Estudante C, deficiência auditiva).

Vale ressaltar que estar exposto a um ambiente institucional que desconsidera as implicações da condição de deficiência, minimiza as chances de que o processo de afiliação se dê adequadamente, na medida em que as condições singulares desse grupo exigem um conjunto de estratégias relativas ao atendimento de suas necessidades especiais.

Referindo-se as condições de acessibilidade e inclusão da universidade, o estudante A tece algumas considerações que revelam o sentimento de frustração frente à indiferença da instituição em relação às suas demandas especiais:

Do prédio da administração ao prédio do campus, tem coisas absurdas para os dias de hoje aqui na universidade. Eu não imaginava encontrar aqui na universidade, barreiras que há muito tempo já se superaram (Estudante A, mobilidade reduzida).

A experiência universitária pode ser interpretada como uma importante oportunidade de fortalecimento da afirmação pessoal e social do estudante com deficiência. Mas, é relevante considerar que a depender das condições postas aos estudantes e dos posicionamentos políticos assumidos pela universidade com relação a assegurar as condições de inclusão, essa experiência pode trabalhar na contramão do processo de afirmação.

O processo de afiliação ao Ensino Superior de estudantes com deficiência é marcado por influências antagônicas. De um lado, há a necessidade de se tornar membro de um novo grupo e assimilar novas funções, desenvolver novas tarefas, apropriar-se de novas rotinas, tal como assinala Coulon (2008). Do outro, entendemos que a condição de deficiência requer da universidade a formação de um espaço de acolhimento e respeito à diferença, oportunizando ao estudante a condição de afiliar-se.

Assim, o processo de afiliação do estudante com deficiência se dá justamente na intersecção entre individualidade e coletividade, tangenciados pelos princípios da equidade e da justiça social. Vale destacar a presença de outro elemento que perpassa, de modo transversal, as narrativas dos estudantes: a decisão de persistir no Ensino Superior.

Os sonhos, os projetos de vida e as perspectivas de um futuro melhor, aparecem de forma espontânea em meio as suas narrativas. Apesar de ter aparecido discretamente nos relatos dos estudantes, suas narrativas revelam o desejo de permanência, de diplomação e de ingresso no mundo do trabalho, elementos que acabam favorecendo a construção das estratégias de afiliação:

Espero mudar de vida, deixar de ser uma simples pessoa, para ser uma futura médica veterinária, dar um futuro para o meu filho, ter um futuro (Estudante E, baixa visão).

Eu espero concluir no tempo determinado, não só por uma questão profissional, de dinheiro que o curso proporciona, mas, principalmente, pelo amor que eu tenho a essa área (Estudante B, deficiência física).

Como visto os processos de estigmatização e preconceito, bem como a existência de barreiras no ambiente universitário, interferem de forma negativa no processo de afiliação estudantil, tornando a trajetória dos estudantes com deficiência mais complexa e sinuosa. Assim, o reconhecimento da universidade como instrumento de promoção da mobilidade social, aponta para a necessidade de ampliação de políticas e ações institucionais que assegurem não só o acesso à Educação Superior, mas as condições de permanência e diplomação.

Tomando como referência os relatos dos estudantes entrevistados, observa-se que apesar dos desafios enfrentados, ainda assim, ingressar e permanecer na universidade representa para o estudante com deficiência a oportunidade de participar mais plenamente da vida social. A afiliação e a permanência na universidade podem representar uma das formas mais consistentes de superação do preconceito e da discriminação. Também, podem representar mudanças na própria percepção que o estudante tem de si mesmo e de suas potencialidades.

Ademais, a participação dos estudantes em atividades acadêmicas que lhes permitam experimentar a vida universitária em toda a sua amplitude, pode ser considerada, definitivamente, uma das mais bem-sucedidas estratégias de afiliação. A construção da afiliação além de fortalecer os vínculos institucionais, contribui para o desenvolvimento da autonomia e da afirmação pessoal, tão necessária a pessoas historicamente excluídas.

Considerações Finais

Os resultados da investigação revelam que apesar de passarem por desafios semelhantes aos demais estudantes, em termos de estranhamento e aprendizagem dos complexos códigos do universo acadêmico, os estudantes com deficiência são colocados diante da necessidade de superar as resistências, barreiras e estigmas que tangenciam suas trajetórias estudantis. Assim, no processo de afiliação de estudantes com deficiência, às demandas acadêmicas coexistem com aquelas de natureza simbólica.

O estudo, portanto, possibilita inferir que a dimensão simbólica da afiliação estudantil, capturada nas narrativas dos estudantes, revela a permanente tensão em atender as expectativas socialmente impostas, refletindo diretamente na formação da identidade pessoal e social do estudante com deficiência. Por isso, entendemos que os itinerários formativos dos estudantes com deficiência precisam ser construídos em estreita articulação com ações institucionais que permitam a esses estudantes experimentarem novas formas de autonomia, só assim a experiência universitária poderá representar a oportunidade de fortalecimento da afirmação pessoal e social.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2008.

BARBOSA, Livia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson Rufino dos. Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, p. 377-390, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

© Rev. Inter. Educ. Sup.	Campinas, SP	v.5	1-18	e019017	2019
--------------------------	--------------	-----	------	---------	------

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia. **Deficiência e igualdade**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2010.

GLAT, Rosana. Inclusão total: mais uma utopia? **Revista Integração**, Brasília, ano 8, n. 20, p. 26-28, 1991.

GLAT, Rosana. Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial. **Temas em Psicologia**, n. 2, 89-94, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MATOS, Rosângela da Luz; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. A orientação acadêmica entre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade. *In*: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil**: universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: EDUFBA, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27 n. 79, jun. 2012.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OMOTE, Saldão. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.10, n.3, p.287-308, set/dez. 2004.

OLIVEIRA, Soraia Santos; ROSA, Dora Leal. **Afiliação universitária de estudantes cotistas e não cotistas**: abordagens iniciais no âmbito dos aportes teóricos. Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/.../artigo_afiliacao_estudantes_cotistas_e_nao_cotistas.p Acesso em: 29 de out. 2016.

PAIVANDI, Saeed. Que significa o desempenho acadêmico dos estudantes? *IN*: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R.; CARVALHO, A. (Org.). **Observatório da vida estudantil**: avaliação e qualidade no ensino superior: Formar como e para que mundo? Salvador: EDUFBA, 2015.

SAMPAIO, Sônia; SANTOS, Georgina Gonçalves. O interacionismo simbólico como abordagem teórica aos fenômenos educativos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 6, jan./jun. 2011.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **Preconceito e inclusão**: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

SILVA, LM. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman. 2015.